

O desmantelamento da moral e do matrimónio

***Amoris Laetitia*: Um programa crescente de desorientação diabólica**

by John Vennari

A *Amoris Laetitia* (“Alegria do Amor”) é a tão esperada Exortação apostólica post-sinodal do Papa Francisco sobre o casamento e a família. Publicada em 6 de Abril de 2016, tem 260 páginas, aproximadamente 59.000 palavras. O Padre George Rutler – comentando mordazmente sobre a extensão ponderosa dos documentos modernos do Vaticano – notou que o texto de Francisco “tem quase dois terços da extensão de todas as promulgações do Vaticano II” combinadas.

Imediatamente a seguir à sua publicação, o respeitado jornalista italiano Antonio Succi escreveu: “A Exortação apostólica é um acto que desafia abertamente dois mil anos de doutrina católica. E nos círculos católicos as pessoas estão chocadas e atordoadas com a perplexidade.”

O Cardeal Raymond Burke, numa resposta assaz suavizada, chamou ao documento “uma reflexão pessoal do Papa” que “não deve [ser] confundida com a fé obrigatória devida ao exercício do Magisterium.”

O eminente Professor Roberto De Mattei disse: “Se o texto é catastrófico, ainda mais catastrófico é o facto de ter sido assinado pelo Vigário de Cristo.”

Num acto sem precedentes, 45 teólogos conservadores católicos divulgaram recentemente uma Análise crítica pormenorizada, com uma lista de pontos da *Amoris Laetitia* que são “heréticos,” “contrários às Sagradas Escrituras,” “escandalosos” ou com censuras semelhantes. Abriram o seu estudo declarando que “A Exortação apostólica *Amoris Laetitia* causou desgosto e confusão a muitos Católicos devido ao seu desacordo aparente com um número de ensinamentos da Igreja Católica sobre a fé e a moral.”

Quem seguiu os tumultuosos Sínodos de 2014 e 2015 não ficará surpreendido com a Exortação. Os Sínodos, as conferências de imprensa dos Sínodos, os textos sinodais e a Exortação agora publicada representam uma corrente constante de revolução modernista.

No meio de grande quantidade de verbosidade – alguma que não é má, alguma notavelmente aborrecida – Francisco canoniza efectivamente o que é chamado “ética situacional.”

Francisco abre furtivamente a porta à Comunhão para os divorciados e “recasados” numa base de ‘caso a caso’, o que destrói elementos fundamentais da Teologia Moral católica. Em particular, a sua abordagem mina o reconhecimento de actos intrinsecamente perversos, e se isto é minado numa área, é minado em todas as áreas.

O que é um acto intrinsecamente mau? É um acto que é mau por si mesmo, e que nenhuma circunstância pode justificar cometer tal acto. Dois exemplos: 1) o aborto, e 2) condenar por vontade própria à prisão ou à morte uma pessoa que se sabe que é inocente. Tais actos nunca podem ser justificados por quaisquer circunstâncias mitigantes.

Ora a abordagem de Francisco mina o reconhecimento de actos intrinsecamente imorais, e se isto é minado numa área, é minado em todas as áreas. Os progressistas celebraram imediatamente a *Amoris Laetitia* como uma “mudança radical.”

Ética situacional

A ética situacional é a rejeição das normas universais, obrigatórias e imutáveis da moral. Isto quer dizer que não há um acto moral que seja intrinsecamente perverso, e que não há regras que não admitam excepções. Segundo esta falsa abordagem, a moralidade de um acto depende em última análise não da verdade objectiva, mas de uma dada situação do indivíduo.

Os primeiros defensores da ética situacional (assim como os defensores contemporâneos) revoltaram-se contra aquilo a que chamavam “legalismo,” “rigidez” e certas “regras fixas de moral que nunca podem ser violadas.” Esta abordagem, como se queixavam os defensores da ética situacional da década de 1960, “põe as regras acima das pessoas.”

O Dr. Joseph Fletcher (1905-1991) foi o proponente popular da ética situacional da década de 1960, e as suas ideias espalharam-se. Fletcher, que era clérigo anglicano (publicou em 1966 o livro fundamental *Situation ethics* e acabou os seus dias como ateu), insistiu que, numa dada situação, não precisamos de agir sempre segundo a moralidade objectiva, mas devemos antes “fazer a coisa com amor” baseada nas nossas dadas circunstâncias.

A nova abordagem pastoral que vem do Vaticano de Francisco dá uma nova figura ao mesmo erro, afirmando que o mais importante é fazer uma coisa “misericordiosa”, à luz das várias “circunstâncias concretas” do indivíduo.

Condenada por Pio XII

A ética situacional é anterior ao livro de Fletcher. Já em 1952 o Papa Pio XII denunciou assim a ética situacional: “É um apelo individual e subjectivo às circunstâncias concretas das acções para justificar decisões opostas à lei natural e à vontade revelada de Deus.”

O Papa Pio XII também avisou em 1952: “A marca distintiva desta moralidade é que, de facto, não se baseia em leis morais universais, por exemplo, nos Dez Mandamentos, mas nas condições ou circunstâncias reais e concretas em que se deve actuar, e segundo as quais a consciência individual deve julgar e escolher. Este estado de coisas é único e válido apenas uma vez para cada acção humana. É por isto que os apoiantes desta ética afirmam que a decisão da consciência de cada um não pode ser comandada por ideias, princípios e leis universais...” (AAS, 1952, pp. 413-419.)

Não temos só a denúncia da ética situacional feita por Pio XII em 1952; em 1956 o Santo Ofício de Pio XII condenou explicitamente a ética situacional em todas as suas formas.

Infelizmente, esta condenação não quer dizer nada para os modernistas. Uma tática-chave do modernismo é fingir que o Magisterium não tomou posição em certos pontos. Encontramos na *Amoris Laetitia* uma ênfase exagerada nas situações concretas de vários indivíduos, e como isto pode supostamente mitigar actos que são objectivamente pecaminosos. Esta é a linguagem da ética situacional. A *Amoris Laetitia* começa efectivamente com a situação da pessoa, e não com os princípios morais imutáveis.

A norma do verdadeiro matrimónio sacramental é apresentada mais como um “ideal” do que como um Mandamento não negociável de Cristo. O documento trata com simpatia excessiva os Católicos que são divorciados e recasados pelo civil, assim como os que estão em coabitação, dando uma desculpa atrás de outra para o facto de estas almas se encontrarem na sua situação caída. Os verdadeiros preceitos católicos sobre viver apropriadamente o matrimónio católico são apresentados como abstractos e um pouco afastados das circunstâncias concretas das pessoas.

Aqui estão alguns exemplos da *Amoris Laetitia*:

Nº 31: “Faremos bem em focar-nos em *realidades concretas*, porque ‘o chamamento e as exigências do espírito ressoam nos acontecimentos da história...’”

Nº 36: “Por vezes também temos proposto um ideal demasiado abstracto e muito artificial do casamento, muito afastado das *situações concretas* e possibilidades práticas da família real (o texto continua a falar desta “idealização excessiva”).

Nº 301: “A Igreja possui um corpo sólido de reflexão sobre factores e situações mitigantes [o documento esquece-se de afirmar que não há factores mitigantes que possam justificar, seja de que maneira for, actos que são intrinsecamente perversos, como a fornicação, o adultério, a contracepção e os actos homossexuais - JV]. Portanto, já não se pode dizer que todos os que vivem em quaisquer situações ‘irregulares’ estão a viver num estado de pecado mortal e estão privados de graça santificante. Há mais aqui envolvido do que a mera ignorância da regra. Uma pessoa pode saber muito bem a regra, mas ter grande dificuldade em compreender ‘os seus valores inerentes’ ou estar numa *situação concreta* que não lhe permite agir de forma diferente e decidir doutra maneira sem pecar mais.”

Nº 304: “É redutivo considerar simplesmente se as acções de um indivíduo correspondem ou não a uma lei ou regra geral, porque isso não chega para discernir e assegurar uma fidelidade plena a Deus na *vida concreta* do ser humano.” Isto põe efectivamente de lado a regra geral da lei.



Em 1952 e 1956, o Papa Pio XII e o seu Santo Ofício condenaram a “ética situacional” em todas as suas formas.

Assim, como vimos na ética situacional, começamos com “*circunstâncias concretas*,” e em seguida moldamos a nossa conclusão moral a partir desta “realidade existente.” Isto exige um novo programa de diálogo e discernimento pastoral que desvaloriza os absolutos morais de “preto e branco”. Isto, por sua vez, dá margem, em certos casos, para se afirmar que quem está em pecado mortal objectivo pode viver subjectivamente uma vida de graça, e ser tratado da mesma maneira que quem vive uma vida de graça.

O resultado final é uma nova abordagem que abre a porta aos divorciados e recasados pelo civil para, com base nas dificuldades inerentes à sua situação concreta, receberem a Eucaristia.

Comentando este ponto, o teólogo altamente respeitado Padre Brian Harrison nota que o aspecto mais perturbador do novo documento de Francisco é “o seu tratamento no Capítulo 8 das pessoas que vivem em relações sexuais irregulares.”

E continua: “Nas notas 336 e 351 aos parágrafos 300 e 305 respectivamente, o Santo Padre quebra com a doutrina e disciplina de todos os seus antecessores na Cadeira de Pedro ao permitir que pelo menos alguns Católicos divorciados e recasados civilmente (sem um decreto de nulidade e sem um compromisso de guardar continência) recebam os

Sacramentos. Se – como diz o documento – ‘o discernimento pode reconhecer que, numa situação particular, não existem faltas graves’ devido a uma variedade de factores mitigantes psicológicos e outros, Francisco afirma no Nº 351 que a ‘ajuda’ da Igreja a estes Católicos que vivem em relações objectivamente ilícitas podem ‘em certos casos... incluir a ajuda dos Sacramentos’.” O contexto, nota o Padre Harrison, indica que isto significa receber a Penitência e da Eucaristia enquanto estas pessoas continuam a viver em pecado.

A moral católica é desmantelada

Esta nova abordagem destrói efectivamente a verdadeira teologia moral católica. A ética situacional não pode ser admitida nalguns casos e não noutros. Se a ética situacional for concedida numa área, põe em causa a realidade dos absolutos morais em todas as áreas, e toda a moralidade é moldada num estado de fluxo subjectivista.

Da mesma maneira, no caso de abrir os Sacramentos a quem vive em pecado: a partir do momento em que seja permitido aos divorciados e recasados pelo civil, devido a “circunstâncias concretas” variadas, e como a situação determina uma acção moral, podemos esperar que casais em coabitação e até mesmo homossexuais queiram ter o direito à Eucaristia à luz das suas circunstâncias variadas.

O Cardeal designado de Chicago, Arcebispo Blase Cupich, declarou publicamente, em Outubro de 2015, que daria a Sagrada Comunhão a um homossexual praticante que tivesse chegado à conclusão na sua consciência que está livre para receber a Eucaristia, sem confissão e sem abandonar o seu estilo de vida de homossexual.

Tragicamente, este Arcebispo Cupich foi nomeado pelo Papa Francisco para fazer parte de um painel de nomeação de Bispos no Vaticano. Francisco elevará também Cupich à dignidade de Cardeal no Consistório de 19 de Novembro de 2016.

Desde que os absolutos morais sejam abandonados na área dos divorciados e “recasados” a serem admitidos à Eucaristia, os absolutos morais continuarão a ser abandonados noutras áreas, como as do aborto, contracepção, homossexualidade, eutanásia, ética médica, guerra justa, barrigas de aluguer, e a lista continua.

Com as normas de moral universais, obrigatórias e imutáveis postas de lado, a prática do que nós fazemos torna-se num alegado “discernimento” baseado nas circunstâncias concretas do indivíduo, ou até mesmo nos instintos carnis do indivíduo.

E a lei natural?

A lei natural, que determina a moralidade com base na natureza intrínseca do acto e na natureza do homem, é a verdadeira ética da Igreja e do senso comum. É ensinada no realismo experimentado da filosofia e teologia escolásticas; e como S. Pio X avisou na *Pascendi*, os modernistas desprezam a escolástica – as categorias, as distinções claras que

não dão margem para escapar. Os liberais vivem num clima de ambiguidade. Detestam a precisão escolástica da linguagem.

Da mesma maneira, a lei natural foi sempre inimiga jurada da ética situacional, porque insiste em como há certos actos que são intrinsecamente perversos, e que não há circunstâncias que possam justificar cometê-los.

Não surpreende que a *Amoris Laetitia* de Francisco mine a lei natural, ao dizer que “a lei natural não pode ser apresentada como um conjunto já estabelecido de regras que se impõem *a priori* ao sujeito moral; é antes uma fonte objectiva de inspiração para o processo profundamente pessoal de tomar decisões.” (Nº 305)

Por outras palavras, a lei natural está apenas ao nível da “inspiração” que se pode aceitar ou não quando o indivíduo trabalha no seu “processo profundamente pessoal” de decidir o seu próprio comportamento moral.

Toda a orientação da *Amoris Laetitia* de Francisco é contra a lei natural, contra os absolutos morais de “preto e branco”, é pró-subjectivista e pró-situacionista. É o toque de finados da verdadeira teologia moral católica.

Porque é que tantos Católicos concordam com isto?

Então porque é que tantos Católicos louvam o documento, ou dizem que não há nada substancialmente de errado nele?

Podemos dar cinco razões rápidas:

1) Muitos Católicos – incluindo padres e Bispos– não tiveram uma devida formação sistemática e escolástica em filosofia e teologia. Grande parte da sua formação é fragmentada e deficiente, devido ao colapso nos seminários e na educação superior católica como resultado do Vaticano II. Não estão equipados para ver os problemas evidentes que têm à sua frente.

2) Outros Católicos acreditam que têm o dever de defender e aceitar tudo o que vier do Papa, mesmo quando – como notou o Cardeal Burke – o documento é uma “opinião pessoal de Francisco e não deve [ser] confundida com a fé obrigatória devida ao exercício do Magisterium.”

Mas sabemos pelo Papa Inocêncio III, S. Roberto Belarmino, Suárez e outros que é possível um Papa desviar-se da verdade, e se assim o faz, os Católicos podem resistir e impedir que a sua vontade se concretize (cf. o Padre Gruner sobre este ponto, nas páginas 20 e 55).

3) Muitos Católicos não sabem que a *Amoris Laetitia* é o culminar de uma crise na teologia moral, que tem devastado a Igreja há mais de 50 anos.

Desde o tempo do Vaticano II, teólogos perversos, como os Padres Joseph Fuchs, Charles Curran, Richard McBrien, Richard McCormick e outros sem conta avançaram com esta abordagem situacionista, consequencialista, não-absolutista da teologia moral.

Com a exceção de Charles Curran, que foi eventualmente silenciado (depois de mais de 20 anos de discussões com Roma), os outros teólogos delinquentes andaram desenfreados, a espalhar o seu veneno durante décadas por toda a Igreja em seminários e universidades, e em publicações católicas até então prestigiosas, como *Commonweal* e *Theological Studies* e a revista *America* (especialmente durante o pontificado de João Paulo II, que não tomou medidas eficazes contra eles).

Uma forte voz de oposição foi o falecido Monsenhor William Smith, Professor de Teologia Moral no Seminário de Dunwoodie, que fez palestras sem conta nas décadas de 1970, 1980 e 1990 contra estes teólogos perversos e os seus erros situacionistas. Os erros principais que ele combateu aparecem todos na *Amoris Laetitia*.

4) Demasiados Católicos sucumbiram à afirmação de que o documento não muda a doutrina, e que, portanto, é seguro. Os que dizem isto não conseguem compreender como funciona o modernismo. Os modernistas, como avisou S. Pio X, estão “cheios de enganos,” e geralmente não anunciam as mudanças evidentes na doutrina (embora Francisco faça uma declaração heterodoxa no N° 297: “Ninguém pode ser condenado para sempre, porque essa não é a lógica do Evangelho!” que parece descartar a verdade católica e bíblica de que há almas que são condenadas ao inferno).



Dentro da Catedral luterana onde o Papa Francisco participou num serviço luterano, a equipa de “Resposta Rápida” (da esquerda para a direita) Patrick Ryan, Michal Semin, Joanna Swords, Coralie Graham – e, não figurando na fotografia – James Hanisch e Dan Smith, juntaram-se num canto sossegado para rezar um Terço pela conversão das almas transviadas.

O modernismo – usando uma linguagem nova, uma ênfase nova, apresentando uma nova atmosfera geral (“Misericórdia e Compaixão” e “acompanhamento”), acentuando certos aspectos da verdade católica enquanto ignora outros, fingindo que o Magisterium não se pronunciou sobre certos pontos, não afirmando pontos-chave doutrinários que contradizem a sua trajetória geral, e introduzindo uma nova *praxis* contrária à doutrina – efectua uma revolução na atitude e comportamento católicos sem uma mudança explícita de doutrina.

É exactamente assim que a *Amoris Laetitia* trabalha. Até um conservador como Philip Lawler se referiu ao documento de Francisco como um texto “subversivo”.

5) E depois, claro, há os Católicos liberais que se entusiasmam com a nova abordagem. O radical Cardeal Kasper celebrou o facto de a *Amoris Laetitia* efectivamente “muda tudo.”

E agora, a próxima pergunta óbvia: Isto não resultará numa torrente de sacrilégio?

Sim, uma torrente de sacrilégio. Ao canonizar a abordagem da ética situacional, um sistema que Pio XII e o seu Santo Ofício condenaram explicitamente, Francisco abriu a porta para os divorciados e recasados pelo civil receberem a Eucaristia. É responsável pessoalmente por abrir as comportas das Comunhões sacrílegas que hão-de seguir-se necessariamente. Cada sacrilégio eucarístico que acontecer em resultado deste documento terá o seu nome escrito. Rezemos muito pelo Santo Padre.

Que fazer?

Firmemo-nos às verdades perenes da Fé, resistamos publicamente a esta última subversão, ensinemos a verdade a quem estiver na nossa esfera de influência, trabalhem para impedir que a vontade de Francisco a este respeito se realize, e ofereçamos muitas orações de reparação, como nos foi ensinado em Fátima, pelos sacrilégios sem conta que resultarão da *Amoris Laetitia*.